

NOTA PÚBLICA

SOBRE A GREVE DA POLÍCIA MILITAR NA BAHIA

A diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS) vem a público prestar sua solidariedade ao movimento grevista dos policiais militares baianos que lutam por melhores condições de trabalho. Mais que isso, a diretoria da ADUFS entende ser este um momento para a reflexão sobre as circunstâncias que envolvem a greve e suas consequências.

Primeiramente, o governo petista, tal qual os que lhe antecederam, não prioriza as políticas sociais, em particular nas áreas de Saúde, Segurança e Educação. Sua política econômica, voltada para atender às necessidades dos lucros das empresas e bancos, menospreza o serviço e os servidores públicos, num explícito desrespeito à maioria do povo baiano, principal contribuinte dos cofres públicos. Assim sendo, acaba por promover a precarização das condições de trabalho do funcionalismo e o sucateamento dos serviços a serem prestados à população. Recursos sobram para emprestar às multinacionais, financiar as grandes obras e alimentar a corrupção.

Em segundo lugar, o governo não pode responsabilizar a greve pelo aumento da violência, apenas ela aparece com mais intensidade do que aquela que reina entre nós, e pela qual ele, sim, é um dos responsáveis. Tanto pelo que ele não faz para diminuir a pobreza e a falta de oportunidades para boa parte dos baianos, quanto pela própria falta de condições de trabalho na área da segurança pública. Afinal, muito mais do que armas e viaturas, a violência e a criminalidade se combatem com políticas protetivas, com educação, saúde e emprego.

Como professores, entendemos que esta greve, em que pese os transtornos que traga à comunidade, e repudiando quaisquer atos que ponham em risco a vida de pessoas e o patrimônio público, tem seu aspecto pedagógico, pois mostra a verdadeira face autoritária e demagógica dos governos estadual e federal. Criminalizam os movimentos sociais, descumprem acordos, reprimem greves legítimas e recusam-se a negociar. Diferentemente de suas posições no passado, quando apoiavam tais movimentos.

Conclamamos os cidadãos e cidadãs, assim como, as demais entidades classistas a refletirem sobre o significado deste movimento que representa a insatisfação frente ao projeto de um governo que desrespeita direitos de trabalhadores, fazendo-os pagar pela crise. É inaceitável que ele use dinheiro público para propagandas mentirosas, pois os 6,5% que ele anuncia é apenas o reajuste linear para repor a inflação do ano passado a ser concedido a todo o funcionalismo por força da Constituição.

Neste momento, cabe ao governo negociar efetivamente com as entidades representativas dos policiais, cumprir os acordos já feitos, respeitar o direito de greve e não punir nenhum participante do movimento. Deste modo, resolve-se o mais imediato, possibilitando o retorno à normalidade. Mas, não nos esqueçamos de que a necessidade e a efetividade da atuação da polícia dependem de outros elementos que vão muito além da solução do impasse ora criado: dignidade e cidadania para todos e todas.

Feira de Santana, fevereiro de 2012.

**DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UEFS**